

LEI MARIA DA PENHA EXPLICADA

LEI Nº 11.340, DE 7 DE AGOSTO DE 2006

Atualizada até a Lei nº 13.894, de 29 de outubro de 2019

DOCTRINA E PRÁTICA

2ª EDIÇÃO

Revista, ampliada e atualizada

Inclui Legislação Complementar

Atualizada com as alterações promovidas
pela Lei nº 13.931, de 10 de dezembro de 2019

ERON VERÍSSIMO GIMENES

Delegado de Polícia Civil do Estado de São Paulo.
Professor concursado da Academia de Polícia do Estado de São Paulo.
Professor universitário.
Pós-graduado em Direito Constitucional e em Direito Público
pela Faculdade Damásio de Jesus.
Membro da Academia Bauruense de Letras.

PRISCILA BIANCHINI DE ASSUNÇÃO ALFERES

Delegada de Polícia Civil do Estado de São Paulo.
Delegada Titular da Delegacia de Defesa da Mulher (DDM) de Bauru-SP.
Pós-graduada em Direito Penal pela
Escola Superior de Advocacia (ESA-OAB/SP).

Copyright desta edição © 2020 by Edipro Edições Profissionais Ltda.

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte deste livro poderá ser reproduzida ou transmitida de qualquer forma ou por quaisquer meios, eletrônicos ou mecânicos, incluindo fotocópia, gravação ou qualquer sistema de armazenamento e recuperação de informações, sem permissão por escrito do editor.

Grafia conforme o novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.

2ª edição, 2020.

Atualizada até a Lei nº 13.894, de 29.10.2019, e o *DOU* de 20.1.2020.

Editores: Jair Lot Vieira e Maíra Lot Vieira Micales

Coordenação editorial: Fernanda Godoy Tarcinalli

Editores: Alexandre Rudyard Benevides

Revisão: Brendha Rodrigues Barreto e Mateus dos Santos Grava

Diagramação e capa: Karine Moreto de Almeida

Imagem de capa: Photo by Kat Jayne from Pexels

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Gimenes, Eron Verissimo

Lei Maria da Pena explicada : Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 : atualizada até a Lei nº 13.894, de 29 de outubro de 2019 : doutrina e prática / Eron Verissimo Gimenes, Priscila Bianchini de Assunção Alferes. – 2. ed. – São Paulo : Edipro, 2020.

Bibliografia.

ISBN 978-85-521-0088-1

1. Mulheres – Abuso – Leis e legislação – Brasil 2. Violência familiar – Leis e legislação – Brasil 1. Alferes, Priscila Bianchini de Assunção. II. Título.

19-28989

CDU-34:179:396.6(81)(094)

Índice para catálogo sistemático:

1. Lei Maria da Pena : Brasil : Direito : 34:179:396.6(81)(094)

Cibele Maria Dias – Bibliotecária – CRB-8/9427



edipro

São Paulo: (11) 3107-4788 • Bauru: (14) 3234-4121

www.edipro.com.br • edipro@edipro.com.br

f @editoraedipro ■ @editoraedipro

SUMÁRIO

Índice da Lei e dos Temas da Legislação Complementar	17
Índice de Quadros e Gráficos	21
Introdução	23
LEI MARIA DA PENHA	25
Direitos humanos e convenções internacionais	28
Violência doméstica e familiar	30
Mulher	31
Mulher e igualdade	31
Mulher e outros direitos	32
Homem	37
Empregada doméstica	42
Menor de idade do sexo feminino	42
Vítima de violência doméstica menor de idade:	
escuta protegida (Lei nº 13.431/2017)	43
Relação homossexual	45
Feminina	45
Masculina	45
Ex-namorada	45
Ex-esposa	46
Irmã x irmã	46

Vizinhos	47
Mulher militar vítima de violência cometida por militar (no âmbito doméstico)	48
Violação da intimidade – violência psicológica	52
Atendimento policial especializado	58
Notificação compulsória dos casos de suspeita de violência contra a mulher dentro do prazo de 24 horas para autoridades policiais para as providências cabíveis e para fins estatísticos (Lei n° 13.931/2019)	69
A rescisão indireta à luz da Lei Complementar n° 150, de 1° de junho de 2015	74
Responsabilidade do agressor pelo ressarcimento dos custos relacionados aos serviços de saúde prestados pelo SUS (Lei n° 13.871/2019)	78
Garantia de matrícula dos dependentes da mulher vítima de violência doméstica e familiar em instituição de educação básica mais próxima de seu domicílio (Lei n° 13.882/2019)	81
Atendimento pela autoridade policial	83
Proteção policial	89
Identificação do agressor	94
Apreensão de arma de fogo sob posse de agressor em casos de violência doméstica (Lei n° 13.880/2019)	95
Obrigatoriedade de informação sobre a condição de pessoa com deficiência da mulher vítima de agressão doméstica familiar (Lei n° 13.836/2019)	97
Estabelecimento de prioridades na realização do exame de corpo de delito (Lei n° 13.721/2018)	98
Palavra da vítima	102
Autorização da aplicação de medida protetiva de urgência pelo delegado de polícia (Lei n° 13.827/2019)	106
Competência do foro de domicílio da vítima de violência doméstica e familiar para rompimento do vínculo conjugual (Lei n° 13.894/2019)	114

Inaplicabilidade da suspensão condicional do processo e da transação penal	116
Retratação e renúncia	117
Competência do foro do domicílio da vítima de violência doméstica e familiar para: ação de divórcio, separação judicial, anulação de casamento e reconhecimento de união estável a ser dissolvida (Alterações promovidas pela Lei nº 13.894/2019 no CPC)	123
Programa de Reeducação de Agressor de Violência Doméstica e Familiar – “Viva Mulher” (Lei Estadual nº 17.192/2019)	124
Fiança	134
Exceção ao instituto da fiança	134
Recursos	141
Nova medida protetiva de urgência (Lei nº 13.882/2019)	149
Descumprimento das medidas protetivas de urgência	150
Tipificação do crime de descumprimento de medidas protetivas de urgência	152
Lei dos Juizados Especiais – Aplicabilidade ou restrição (Lei nº 9.099/1995)	153
Sujeito ativo do crime	154
Sujeito passivo do crime	156
Tipo subjetivo	156
Crime previsto no art. 24-A em concurso com outros delitos	156
Medidas protetivas de urgência previstas na Lei Maria da Penha	156
<i>Habeas corpus</i>	157
Ação penal	157
<i>Novatio legis in pejus</i>	157
Competência para deferimento de medidas protetivas	157
Aspecto sistêmico da proteção à mulher	175
Aspectos de multiplicidade da aplicação de medidas protetivas	176

Atendimento e atuação em casos de violência doméstica	177
Medidas despenalizadoras previstas na Lei dos Juizados Especiais (Lei nº 9.099/1995)	190
Princípio da insignificância	191
Vedação de fiança pelo delegado de polícia no crime do art. 24-A	192
Feminicídio x femicídio	196
Irretroatividade	199
Vigência	200

LEGISLAÇÃO COMPLEMENTAR

Resolução ONU nº 48/104, de 20 de dezembro de 1993	
Declaração sobre a Eliminação da Violência contra as Mulheres	203
Decreto nº 1.973, de 1º de agosto de 1996	
Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher	208
Decreto nº 4.377, de 13 de setembro de 2002	
Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher	216
Lei nº 10.778, de 24 de novembro de 2003	
[Atualizada até a Lei nº 13.931, de 10.12.2019]	
Notificação compulsória do caso de violência contra a mulher atendida em serviços de saúde públicos ou privados	229
Decreto nº 7.393, de 15 de dezembro de 2010	
Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180	230
Resolução do Senado Federal nº 9, de 25 de março de 2013	
Procuradoria Especial da Mulher do Senado Federal	232
Lei nº 12.845, de 1º de agosto de 2013	
Atendimento obrigatório e integral de pessoas em situação de violência sexual	232



Decreto nº 8.086, de 30 de agosto de 2013 [Atualizado até o Decreto nº 10.112, de 12.11.2019]	
Programa Mulher Segura e Protegida	233
Lei nº 13.239, de 30 de dezembro de 2015	
Direito de cirurgia plástica reparadora para mulheres vítimas de violência (SUS)	237
Lei nº 13.271, de 15 de abril de 2016	
Proibição de revista íntima de funcionárias nos locais de trabalho e em ambientes prisionais	239
Lei nº 13.431, de 4 de abril de 2017	
Sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência	239
Resolução CNJ nº 254, de 4 de setembro de 2018	
Política Judiciária Nacional de enfrentamento à violência contra as Mulheres pelo Poder Judiciário	247
Decreto nº 9.586, de 27 de novembro de 2018	
Sistema Nacional de Políticas para as Mulheres e Plano Nacional de Combate à Violência Doméstica	253
Resolução CNJ nº 284, de 5 de junho de 2019	
Formulário Nacional de Avaliação de Risco	257
Formulário de Avaliação de Risco do CNMP – FRIDA	265
Lei Estadual nº 17.192, de 23 de outubro de 2019	
Programa de reeducação de agressor de violência doméstica e familiar – “Viva Mulher”	278
Referências	281